

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 94.819 - RO (2018/0029361-4)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : W DE M  
**ADVOGADOS** : CLOVES GOMES DE SOUZA - RO000385B  
WANDERLEY ANTONIO DE MELO E OUTRO(S) - RO005215  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.  
PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.  
TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. TESE DE AUSÊNCIA DE  
REPRESENTAÇÃO. IMPUGNAÇÃO À MONITORAÇÃO  
ELETRÔNICA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO.  
SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA.  
REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO.  
PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL. RECURSO  
PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por W. DE M. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia nos autos do HC n.º 0005152-50.2017.8.22.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi denunciado pela conduta do art. 217-A, § 1.º, do Código Penal, por manter conjunção carnal com a vítima, de 17 anos de idade à época dos fatos, que se mostrava incapaz de oferecer resistência no momento do ato em razão de estar inconsciente devido ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Em 02/02/2017, a denúncia foi recebida. O Réu apresentou resposta à acusação e, no dia 20/09/2017, durante a realização da audiência de instrução e julgamento, o Ministério Público pugnou pela decretação da prisão preventiva do Acusado. O Juízo entendeu por fixar medidas cautelares diversa da prisão, entre elas o uso de tornozeleira eletrônica.

Irresignada, a Defesa interpôs *habeas corpus* na origem.

A Corte *a quo* denegou a ordem que buscou o trancamento da ação penal e a revogação das medidas cautelares alternativas à prisão fixadas em desfavor do Réu, em acórdão assim ementado (fl. 138):

"Habeas corpus. ***Estupro de vulnerável***. Trancamento da ação penal. Ilegitimidade do Ministério Público. Não configurado. Crime de

*Ação Penal Pública Incondicionada. Retratação da vítima. Impossibilidade. Aplicação de uso de tornozeleira eletrônica. Assegurar a integridade física da ofendida. Revogação. Impossibilidade.*

1. *É medida de exceção o trancamento da ação penal pela via estreita do habeas corpus, só sendo possível quando dos autos emergir de forma inequívoca e sem necessidade de valoração probatória a inexistência de autoria ou atipicidade da conduta.*

2. *Em casos de vulnerabilidade da ofendida no crime de estupro de vulnerável, a ação penal é pública incondicionada, nos moldes do parágrafo único do art. 225 do Código Penal.*

3. *Encontra-se devidamente justificada a aplicação do uso de tornozeleira eletrônica ao paciente, haja vista que, conforme as informações dos autos, a vítima encontra-se em estado avançado de gravidez, bem como demonstra sentir-se ameaçada pelo paciente e pelo corréu.*

4. *Ordem denegada."*

Nesta via, pretende-se, em suma, o trancamento da ação penal, em razão da *"comprovada falta de representação e falta de procedibilidade e consequente ilegitimidade do órgão ministerial [sic]"*.

Alega o Recorrente *"carecer o órgão autor da ação penal de legitimidade para a demanda ante a falta de representação e da flagrante falta de procedibilidade"* (fl. 155).

Sustenta que, não bastasse, a vítima, *"agora no status da maioridade, exercitando voluntariamente e mediante escritura pública, assistida de advogado, com a manifestação expressa de não ter a mesma interesse no prosseguimento da ação"* (fl. 155).

Subsidiariamente, e em sede liminar, pugna pela suspensão dos efeitos da medida cautelar *"para ordenar a retirada da tornozeleira eletrônica e restituir ao recorrente o seu direito à liberdade de ir e vir"* (fl. 158).

Contrarrazões às fls. 164-165.

O pedido liminar foi indeferido pela Ministra Maria THEREZA DE ASSIS MOURA, nos termos da decisão de fls. 404-405.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 410-412.

O Recorrente juntou decisão de primeiro grau que indeferiu os pedidos de retirada da tornozeleira eletrônica para se ausentar da comarca, bem como peticionou alegando excesso de prazo na prolação da sentença pelo Juiz de primeiro grau (fls.

417-432).

Informações complementares foram prestadas às fls. 445-448 e 449-462.

É o relatório.

Decido.

Consoante informações prestadas pelo Juízo de Direito da 2.<sup>a</sup> Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO, em 12 de dezembro de 2018, foi proferida sentença absolutória e determinada a retirada da tornozeleira eletrônica (fl. 447). Os autos foram remetidos ao Tribunal *a quo* para julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público.

Desse modo, fica evidenciada a perda do interesse processual do presente *writ*, que objetivava demonstrar a falta de condição procedibilidade e a desnecessidade da imposição de medida diversa da prisão prevista no art. 319 do Código de Processo Penal. Do mesmo modo, não há que se falar em excesso de prazo no encerramento da instrução.

Cumprе ressaltar que o fato de haver recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, pendente de julgamento pelo Tribunal *a quo*, é questão desinfluyente à resolução da controvérsia, pois permanecem válidos os efeitos da sentença absolutória, que, ressalte-se, é favorável ao Recorrente.

Ademais, caso seja prolatado acórdão adverso, esse *decisum* deverá ser atacado mediante o recurso cabível, já que se trata de decisão futura, cujos fundamentos são imprevisíveis, de modo que inexiste, atualmente, qualquer constrangimento ilegal a ser sanado pela via do *habeas corpus*.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

**"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. PERDA DE OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. A superveniência de sentença absolutória prejudica a análise de mérito do recurso ordinário em que se busca o trancamento da ação penal, medida excepcional para a via eleita.

2. A pendência de julgamento de recurso da acusação contra a decisão absolutória não modifica esse entendimento (prejudicialidade do recurso ordinário), máxime porque o ordenamento garante meios de impugnação de eventual *decisum* desfavorável à defesa.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg nos EDcl no RHC 60.536/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA

TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 11/09/2018)

*"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. PERDA DE OBJETO.*

*1. Sobrevindo sentença absolutória, perde objeto o recurso que buscava o trancamento da ação penal sob o argumento de ausência de justa causa, pouco importando a pendência de recurso de apelação da acusação (Precedente).*

*2. Agravo regimental desprovido." (RCD no RHC 76.468/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 16/05/2018)*

*"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. PRECEDENTES.*

*1. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a superveniência de sentença prejudica o exame do pleito de trancamento da ação penal por inépcia da denúncia, em face de sua cognição exauriente, mormente na hipótese vertente em que os réus foram absolvidos. Precedentes.*

*2. Agravo regimental improvido." (AgRg no RHC 58.348/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 09/10/2017)*

*"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE AMEAÇA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. PREJUDICIALIDADE. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO.*

*A superveniência de sentença absolutória implica perda de objeto do presente que pretende o trancamento da ação penal, ainda que pendente de julgamento recurso de apelação da acusação.*

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC 48.422/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 12/08/2015)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ATO IMPUGNADO: DECISÃO EM QUE SE JULGOU PREJUDICADO WRIT IMPETRADO PERANTE ESTA CORTE SUPERIOR. TESE DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO PELO PARQUET. QUESTÃO DESINFLUENTE À RESOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. EVENTUAL PROLAÇÃO DE ACÓRDÃO ADVERSO. ATO FUTURO QUE DEVERÁ SER ATACADO PELO*

**RECURSO CABÍVEL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. Evidencia-se a perda do interesse processual do presente writ, que objetivava demonstrar a ausência de justa causa para a propositura da ação penal, já reconhecida pelo Juízo de primeiro grau, que absolveu sumariamente o Paciente, com fundamento no art. 397, inciso IV, c.c. o art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal.

2. O fato de haver recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, pendente de julgamento pelo Tribunal a quo, é questão desinfluyente à resolução da controvérsia, pois permanecem válidos os efeitos da sentença absolutória, que, ressalte-se, é favorável ao Paciente.

3. Caso seja prolatado acórdão adverso, esse decisum deverá ser atacado mediante o recurso cabível, já que se trata de decisão futura, cujos fundamentos são imprevisíveis, de modo que inexistente, atualmente, qualquer constrangimento ilegal a ser sanado pela via do habeas corpus.

4. Não há, portanto, qualquer argumento apto a infirmar as razões consideradas na decisão ora agravada, que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 213.192/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2013, DJe 11/10/2013)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso ordinário em habeas corpus.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora